



República Federativa do Brasil

Estado de Goiás

Gabinete Vereador Higor Gomes Pires Bueno



Projeto de Lei nº 112, de Novembro de 2023.

"Institui o Programa Direito na Escola, a ser oferecido nas escolas municipais de Catalão."

No uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, submeto à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º Fica instituído o Programa Direito na Escola, que tem como objeto informar Noções de Direito, a ser oferecido, preferencialmente, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por meio de palestras, e conferências expositivas complementares, de modo a não alterar a grade curricular das escolas, sendo um programa que visa agregar conhecimentos extras.

Art. 2º Os profissionais que lecionarão sobre os temas das "Noções de Direito", deverão ser:

I - graduados em Direito, com diploma expedido por instituição reconhecida pelo MEC;

II - advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 3º A definição do conteúdo programático observará as particularidades locais, as demandas específicas de cada unidade estudantil, as orientações gerais tratadas nesta lei e a faixa etária dos alunos.

Art. 4º As palestras e conferências tema deste projeto, terão como tópicos para o conteúdo:

I - Direitos e Garantias Fundamentais;

II - Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil;

III - Noções Básicas de Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional, Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Direito Trabalhista, Direito Tributário, Direito Previdenciário e Direito Eleitoral.

Art. 5º Poderá ser estabelecido convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil ou Instituição parceira, para a produção de materiais didáticos, os quais contenham abordagens simples e lúdicas, se tratando sobre os temas ministrados em aulas, a título de melhor compreensão;

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Higor Gomes Pires Bueno

Vereador

JUSTIFICATIVA

O presente projeto se apresenta como um Convênio de Colaboração Técnica não onerosa. Temos na Constituição Federal, em seu Artigo 205, que “A **educação**, direito de todos e dever do Estado e da família, **será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”.

As Noções de Direito que visam ser implementadas, têm como objetivo preparar o indivíduo para que tenha conhecimentos específicos sobre temas atuais, que são importantes para a sua formação moral e curricular, e que no entanto, não são ensinadas na grade escolar municipal, conforme exposto no Artigo 27, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os conteúdos curriculares da educação básica observarão a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.

O ensino jurídico se comprova necessário nas escolas também com a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, em seu Artigo 5º, inciso I, que nos traz como **objetivos fundamentais da educação ambiental o desenvolvimento de uma compreensão integrada** do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, **legais**, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

A implementação do Projeto Direito na Escola não se encontra de forma inconstitucional, visto que **não tem como intenção modificar grades curriculares**, e sim servir de complemento para a educação e os ensinamentos presentes nas escolas. **A complementação não é apenas viável, como é necessária**, conforme o Art. 26, caput, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter **base nacional comum, a ser complementada**, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, **exigida pelas características regionais e locais da sociedade**, da cultura, da economia e dos educandos.”.

É **competência comum** entre a União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios** proporcionar os meios de acesso à cultura, à **educação**, à ciência, à



República Federativa do Brasil

Estado de Goiás

Gabinete Vereador Higor Gomes Pires Bueno



tecnologia, à pesquisa e à inovação, como consta no Art. 23, inciso V, da Constituição Federal.

Entendemos que este Projeto de Lei o qual visamos aprovar contribui de forma significativa para os futuros alunos, na formação de seus direitos e deveres na vida em sociedade, proporcionando à eles a oportunidade de conhecer diversos temas, os quais se mostram importantes atualmente.

Catalão, 10 de Novembro de 2023.

Higor Gomes Pires Bueno
Vereador